Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano IV nº 72
18/03/99 a 31/03/99
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

ESQUERDA LANÇA MOVIMENTO

No último dia 14, em São Paulo, com a presença de 500 dirigentes e ativistas do movimento operário e popular, do PSTU, da esquerda do PT e da CUT, foi lançado o movimento Fora FHC e o FMI. A idéia é colocar o bloco na rua já no dia 26 de março, depois realizar plenárias estaduais e uma plenária nacional do movimento no dia 17 de abril.

FORA DAQUI FHC/FMI

SIND. RADIALISTAS-SP — CUT - FITERT

FORA FHC E O FMI

SINSPREV - SIND. RADIALISTAS - SINDSEF SINTRAJUD - SINTUSP

FHC DEMISSÕES na FORD TEM A VER COM VOCÊ

TODOS ÀS RUAS DIA 26

ESPAÇO ABERTO

Fora FHC e o FMI, mobilizar rumo à greve geral

Publicamos neste espaço os principais trechos da resolução política aprovada na plenária nacional da Federação dos Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra).

À Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais e à Central Única dos Trabalhadores

Agora não há mais intermediários. Na explosão do real, e sob a batuta do FMI, o controle do país está nas mãos dos executivos dos fundos internacionais e nacionais de especulação, através de Armínio Fraga (Banco Central) e Stanley Fischer (FMI).

As "metas" fixadas pelo governo visam exclusivamente manter a remuneração do capital especulativo, promovendo a sangria do patrimônio nacional, o sucateamento dos serviços públicos, a sobre-exploração dos trabalhadores ativos e aposentados; medidas apontadas por FHC como necessárias para manter o pagamento das dívidas e a "estabilidade" do real.

Assim, enquanto os banqueiros ganham bilhões nas suas negociatas, a maioria da população é jogada na miséria e no desemprego. O quadro das Universidades é dramático e os hospitais universitários começam a fechar. Paulo Renato e José Serra querem agora retirar os Hospitais Universitários do MEC, aprofundando a sua destruição.

Mas os trabalhadores e o povo começam a demonstrar o seu descontentamento e indignação. A maioria já está na oposição ao governo: 59% dos que votaram em FHC, segundo pesquisa veiculada na grande imprensa, sentem-se traídos. O MST retoma ocupações, e os trabalhadores da Ford dão a lição da força de nossa resistência.

Muitos se perguntam o que fazer. É possível derrotar FHC e seu projeto econômico? Temos força para isso? Dizemos que sim. Mas para isso é preciso ganhar as ruas aos milhões, como fizemos contra Collor.

E não nos iludimos com alternativas burguesas. Por isso a importância de dizermos, além do Fora FHC e seu modelo econômico, que temos de nos mobilizar também por Fora o FMI, moratória já, rumo ao não pagamento da dívida, eleições presidenciais, por terra, emprego e salários dignos, e por um governo dos trabalhadores. Em qualquer setor de trabalho que se vá, mesmo os com mais dificuldades de mobilização, é grande a aceitação desta política pelos trabalhadores ativos e aposentados.

O Fórum Nacional de Lutas deu um passo importante ao convocar uma jornada de lutas, com um grande dia nacional para 26 de março. A plenária nacional da Fasubra aponta a paralisação nacional neste dia.

Esta é uma ação fundamental a ser construída, dentro da perspectiva de construção da Greve Geral, pelos servidores públicos federais e da Educação na perspectiva de maio, para bater de frente com FHC e sua política. Defendemos o máximo de empenho para construir uma forte paralisação nesse dia, colocando nesta mobilização a campanha do Fora FHC, o FMI e seu projeto econômico, moratória já, não pagamento da dívida, eleições presidenciais, por terra, emprego e salários dignos, e por um governo dos trabalhadores. Esta é a proposta que a FASUBRA Sindical traz às companheiras e aos companheiros.

Saudações Socialistas

14 de março de 1999,
Federação de Sindicatos de Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 – Vila Clementino CEP 04040-030 São Paulo — SP

Fax: (011) 575-6093

E-mail: pstu@uol.com.br

Visite nossa home page: pstu.home.ml.org

O QUE SE VIU

France Presse

Manifestante equatoriano atira coquetel Molotov durante enfrentamento com a polícia. O governo mobilizou 12 mil policiais e 9 mil soldados para tentar conter os protestos no país, durante os dois dias de greve geral, contra o governo de Jamil Mahuad e seu pacote econômico. As manifestações de rua começaram no dia 9 de março.

O QUE SE DISSE

"Pela primeira vez na história do Brasil, não são os mais pobres que vão pagar pela crise."
Ruth Cardoso, diretamente do planeta Júpiter, analisa a crise econômica do Brasil. Para uma coisa essa declaração serve: dar a idéia da distância entre o governo arrogante de FHC e a maioria da população. No jornal *Folha de S.Paulo* em 14/3/99.

"O prefeito pediu para esperar mais um pouco."
Hebe Tolosa, ex-secretária da Educação da prefeitura de São Paulo, disse que pediu para o prefeito Celso Pitta a realização de uma auditoria externa na Secretaria. Pois, segundo ela, havia ali uma mar de coisa ilegais. A propósito, nunca se fez auditoria alguma neste verdadeiro mar de lama que é a prefeitura de São Paulo. Na revista *Época*, em 15/3/99.

"Eu errei quando assinei a 'Carta de Porto Alegre'. Na carta estava escrito que a primeira coisa que se pediria era que terminassem as retaliações, os bloqueios, isso não aconteceu."
Itamar Franco, explicando as razões da sua ruptura com o bloco de governadores de oposição. De fato, o bloco de oposição está mais para um bloco de situação. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 12/3/99.

"Nós nos dispusemos ao entendimento, mas as retaliações continuam."
Arno Agustin, secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, reclama das atitudes de FHC para com o estado. Pois é, como se vê, foi mesmo uma grande "vitória" da oposição a ida dos governadores do PT à reunião com FHC. *Afinal*, é o governo federal que anda cedendo... No jornal O Globo, em 11/3/99.

"Itamar é que estava certo. Posso acabar seguindo o seu caminho."
Mão Santa, governador do Piauí, e um dos aliados de FHC, insatisfeito com a "ajuda" do governo federal. Mão Santa disse que vai reduzir de 13% para 7% o limite da receita líquida do estado, destinada para o pagamento da dívida com a União. No *Jornal do Brasil*, em 11/3/99.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP-CEP 04040-030. Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariucha Fontana, Fernando Silva

EDITORIAL

Todos às ruas dia 26!

Renato Benvenutti

Manifestação do 8 de março em São Paulo

Estamos diante da maior crise da história do país. Esgotou-se o modelo econômico de dominação que unificou a burguesia durante todos esses anos e abriu-se um novo período de turbulência econômica, social e política de grande magnitude. Mas o personagem que ainda falta entrar em cena nessa realidade é a classe trabalhadora, com suas lutas e mobilizações, pelas suas reivindicações e contra esse governo de capachos.

As condições, no entanto, para a retomada dessas lutas, com toda força, estão dadas. Os trabalhadores precisam e podem passar à ofensiva e derrubar esse governo capacho do FMI. E só os trabalhadores podem — mobilizados — oferecer uma saída e uma alternativa para esta crise, que não penalize a maioria do povo.

Por isso, o próximo dia 26, convocado pelo Fórum Nacional de Lutas, tem uma enorme importância. Alguns setores já decidiram que vão fazer paralisações nessa data: Fasubra, várias fábricas de São José dos Campos, por exemplo. Outros, como o movimento estudantil, estão dando sinais de que podem sair massivamente às ruas. É preciso arregaçar as mangas, convocar e organizar os atos, pela base, e buscar construir paralisações nas categorias e setores. O dia 26 pode e precisa ser um dia vitorioso, que acumule para novas mobilizações no sentido da construção de uma greve geral.

Também tem uma importância fundamental a decisão da Plenária que reuniu toda a esquerda socialista neste último dia 14, em São Paulo. Mais de 500 ativistas e dirigentes do movimento sindical, popular, estudantil, militantes do **PSTU** e das correntes de esquerda do PT, decidiram lançar um movimento pelo **Fora FHC e o FMI e o não pagamento da dívida externa**. O MST, presente à reunião, comprometeu-se a somar esforços na mobilização.

A formação desse movimento, unindo toda a esquerda, que deverá culminar com um Encontro Nacional no próximo dia 17 de abril (no qual se discutirá estratégia e programa) é uma esperança e uma garantia de que é possível oferecer uma alternativa classista e de luta nessa crise.

O PT "responsável"

Os governadores do PT – com o aval e apoio da direção deste partido – estão hoje sustentando diretamente a governabilidade de Fernando Henrique e pactuando com a implementação do "ajuste" do FMI. A decisão do Diretório Nacional do PT, por sua vez, ao negar-se a levantar a bandeira pelo fim desse governo e ao posicionar-se somente "contra sua política econômica", vem coroar a política de "oposição responsável". Política tão sonora aos ouvidos da Fiesp, de Covas, de Serra e de outros neoliberais de carteirinha que vivem resmungando contra os juros altos e contra os demasiados privilégios que o sistema financeiro tem tido, em detrimento dos monopólios industriais.

O PT está "tão responsável" que até FHC tem agradecido e elogiado o partido: recebeu Lula (num encontro obscuro que pegou todo mundo de surpresa), tem elogiado vários deputados petistas e, claro, os governadores.

A verdade é que o PT conseguiu ficar à direita de um burguês, como Itamar Franco, em relação à atitude diante do governo federal. Essa postura da maioria da direção do PT e dos seus governadores, no entanto, é um desastre para a classe trabalhadora, que precisa e pode botar fora esse governo e o FMI. Pois esta é a única forma de que não sejam, mais uma vez, os trabalhadores a pagarem o preço da crise, enquanto a burguesia — seja a industrial, da qual o PT tanto gosta ultimamente, seja a financeira – mantém o seu lucro.

Os trabalhadores, que majoritariamente apóiam o PT, devem exigir que os governadores deste partido rompam com FHC, decretem moratória nos estados que governam, se comportem como oposição de verdade e chamem o povo às ruas para derrotar esse governo, o FMI e a miséria e o desemprego que eles estão impondo ao povo.

Estão apagando o Brasil

Quando alguém escapa de uma enchente, entra num blecaute, quando a luz acende o telefone não funciona, quando o telefone toca a água acaba. Este é o Brasil de FHC, FMI e companhia.

Enquanto sobrevivemos nesta catástrofe, as Globos da vida e, claro, os banqueiros e o próprio FHC se apressam a fazer propaganda afirmando que "o pior" da crise já passou e que agora tudo está sob controle, pois o governo está conseguindo manter o câmbio "estável" (o real se valorizou um pouco diante do dólar, pois o governo está torrando as reservas e o dinheiro do empréstimo do FMI para segurar o valor do real).

Na verdade, com o novo acerto com o FMI, que liberou US$ 8 bilhões de outra parcela de seu "empréstimo" para o país, o governo (com essa grana) vai tentar assegurar artificialmente a disparada da desvalorização do real. Um alívio, pelo menos, cojunturalmente. Mas essa crise é profunda e portanto este Blá-blá-blá de que o pior já passou tem perna curta. Até porque este dinheiro do FMI também vai ser usado para... pagar a dívida externa. É isso mesmo: tomam dinheiro emprestado do FMI para pagar a banca internacional.

Mas o governo tem outras obrigações para com os seus chefes. Ele tem que cumprir com o ajuste fiscal, aprovando a CPMF, cortando todas verbas sociais, promovendo uma mega recessão e tentando impor a "âncora salarial"

Querem também que os trabalhadores engulam uma inflação de 17% (é a meta do FMI, portanto, a melhor das hipóteses) sem reajuste nos salários e, de quebra, encaminham a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil, da CEF, dos Correios (parece que os desastres que as privatizações provocaram nos setores elétrico e de telecomunicações não estão inibindo o governo e o FMI).

O problema para o enredo deles é que a popularidade do presidente continua despencando e teve início uma tremenda briga de foice nas instituições do regime e entre os partidos da base governista (ACM contra o Judiciário, Judiciário contra o Congresso, PMDB que quer cargos e ameaça ser favorável a reajuste nos salários...).

SALÁRIOS *Governo quer bancar arrocho mesmo com inflação alta*

Reposição e gatilho entram na pauta

Fernando Silva,
da redação

Depois da explosão do real, o governo pretende substituir a âncora cambial pela salarial. Ou seja, quer impedir qualquer mecanismo de indexação dos salários pela inflação. Dessa forma, sobre um brutal arrocho, FHC pretende "controlar a inflação" e retomar, a esta altura da crise, algum padrão de estabilidade. Este é o sentido da recente visita de Malan ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), querendo saber como o Tribunal vai se comportar quando começarem a chover dissídios pleiteando reposição de perdas salariais. Este também é o sentido da campanha na qual está empenhado o senador ACM, que propõe explicitamente o fim da Justiça do Trabalho, principalmente se esta ceder à indexação salarial.

A questão é ponto de honra para o governo. Ele é consciente de que uma onda de dissídios e mobilizações pelo gatilho salarial e/ou reposição vai significar para o capital internacional que o Brasil não tem como voltar a ser um porto seguro da estabilidade burguesa, como nos últimos quatro anos. Já em maio, teremos campanhas salariais importantes como metroviários, condutores e construção civil, que estarão levantando estas reivindicações em suas pautas.

Mas FHC deu várias demonstrações inequívocas da sua disposição. Por exemplo, adiantou que o reajuste do salário mínimo este ano não será superior a 6%, e já anunciou reajuste zero por mais um ano para o funcionalismo federal.

Porém, existe um probleminha para o governo: como todos sabem, a inflação voltou – 4,4% em fevereiro e com uma projeção (otimista) do FMI de inflação de 16,9% no ano. Além disso, o próprio governo autorizou aumentos nos combustíveis, que na média, ficaram em 8%. Ou seja, o confisco salarial está instalado. Os trabalhadores já perceberam que o salário está ficando mais curto. A recente pesquisa do instituto Vox Populi/CNT, que atestou a maior queda de popularidade de FHC até aqui, registrou que 51% dos assalariados não estão dispostos a abrir mão de reposições salariais em troca de uma suposta inflação baixa.

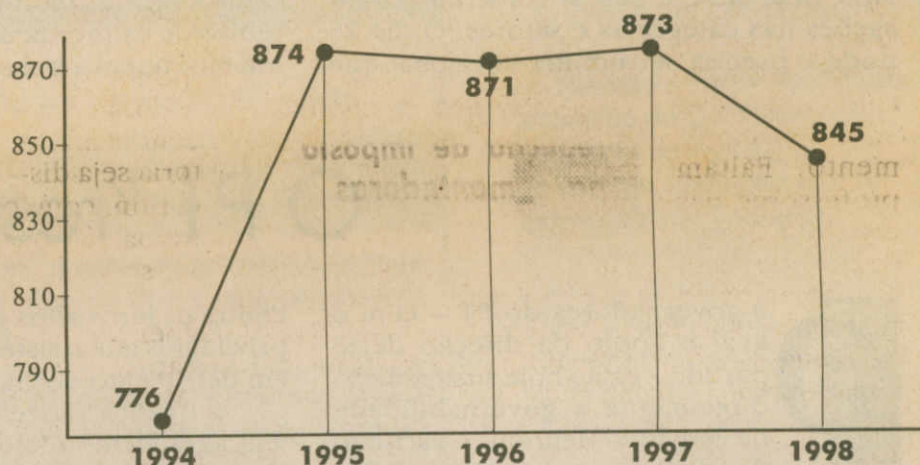
Até a colaboracionista Força Sindical saiu defendendo gatilho salarial toda vez que a inflação chegar a 10%. A CUT defende reajuste de 10% nos salários em maio e gatilho a partir de 5%. Aliás, é necessário ter em conta que, ao contrário da propaganda oficial, o plano real reduziu a renda mensal dos assalariados – na Grande São Paulo caiu de R$ 874 para R$ 845 entre 1995 e 1998.

Este é outro dos novos elementos da atual crise econômica e política do país. Já não se trata de lutar somente contra as demissões, a questão salarial entra na pauta dos trabalhadores e seguramente assistiremos a uma queda de braço com o governo e o patronato. O arrocho salarial tenderá a ficar insuportável, numa economia onde não há mais qualquer mecanismo de defesa dos salários diante da inflação. Sem dúvida, estamos também diante de uma questão chave da luta de classes neste cenário de crise pós-explosão do Real.

Januario F. da Silva

Salário começou a ser debatido em assembléias

◆ **Cai a renda do trabalhador no Real***

Ano	Renda
1994	776
1995	874
1996	871
1997	873
1998	845

* Renda mensal em reais de novembro de 98 (dos ocupados na Grande S. Paulo). Fonte: Dieese/Fundação Seade; TRT/SP; Fipe

Argumento cínico

O governo e a Fiesp (e os capitalistas de maneira geral) estão unidos contra a reposição de perdas e o gatilho. O TST – alvo de uma grande pressão do governo – sinalizou sua disposição em refrescar a vida do governo ao lembrar que não há, na lei, formas de favorecer esta demanda dos trabalhadores (tem "razão", pois FHC liquidou o IPC-r em 1995). O ministro do TST, Almir Pazzianotto propôs como alternativa um abono salarial que não é aceito nem pela Força Sindical.

O argumento é o cinismo de sempre: reajuste nos salários vai provocar inflação. Segundo as palavras do presidente da Fiesp, Horacio Piva, *"é um tiro no pé, pois realimenta a inflação"* (*Folha de S.Paulo*, 14/3/99). Para começar a inflação já voltou, e com força, assim que caiu a ficção da paridade do real com a moeda norte-americana. A inflação já é uma realidade sem que tenha ocorrido qualquer reposição ou elevação da massa salarial no país; pelo contrário, ela está diminuindo.

Além disso, não são os salários que realimentam a inflação, mas sim a lógica de lucros do capital. Qualquer um sabe que a cada aumento salarial, ou de outros custos da produção, os capitalistas repassam a conta para o preço dos seus produtos ou serviços. Em geral, a fórmula é simples: reajustou salários, reajustam-se os preços. Nenhum capitalista quer saber de diminuir suas margens de lucro; isto sim, é um dos principais focos que "realimentam a inflação". (F.S.)

"É hora de defender o salário"

Entrevista com Luis Carlos Prates, o Mancha, metalúrgico da General Motors e diretor do Sindicato de São José dos Campos.

Opinião Socialista – A discussão da reposição das perdas e do gatilho já é uma realidade para os trabalhadores?

Mancha – Sim porque o custo de vida está aumentando, o trabalhador percebe isso e esta elevação do custo de vida se materializa na inflação. A reposição dos salários é para defender o salário. Esta história de que a indexação provoca a inflação não existe para o trabalhador. Não estamos tendo reajuste algum e percebemos que a inflação voltou, trata-se portanto de defender o salário.

O.S. — Dê um exemplo de como está a situação na sua categoria?

Mancha – Por exemplo, os metalúrgicos das montadoras não tiveram os 2,5% de reajuste em novembro passado. Estamos reivindicando 3% de reposição e mais a inflação atual.

O.S. – Mas já foi aprovado algo neste sentido?

Mancha – Sim, este debate já começou e já aprovamos na última assembléia dos metalúrgicos da General Motors as reivindicações de reposição e gatilho. Estamos defendendo uma gatilho de 5%. Aprovamos também que estas reivindicações vão andar juntas com a luta contra as demissões. Não se pode aceitar a redução dos salários, e nem dos direitos, para supostamente garantir o emprego, pois o confisco salarial já começou. Na verdade, é hora de ir ao ataque com as reivindicações salariais porque a inflação já esta aí.

Moratória do estado tem que ser ampliada para a dívida externa

Minas Gerais está à beira do caos social

Oraldo Paiva,
de Belo Horizonte

Minas Gerais — como os demais estados brasileiros —, em função da aplicação do projeto neoliberal todos esses anos, está em colapso e vivendo à beira do caos social. O desemprego é muito grande. Só na região da Grande Belo Horizonte existem mais de 300 mil desempregados, ou seja, mais de 16% da população economicamente ativa da região. Desse total, estima-se que 10% são metalúrgicos. O funcionalismo, desde o governo Azeredo, está sem receber todo o 13º e o pagamento dos salários é sistematicamente atrasado. O desmantelamento e precariedade dos serviços públicos segue se agravando. As filas nos postos da saúde são enormes e começam a ser formadas um dia antes da data de atendimento. Faltam professores nas escolas públicas. Os presos vivem com ameaças de corte no fornecimento de sua alimentação, por falta de pagamento às empresas fornecedoras. A insatisfação na PM é grande, provocada pelo atraso de pagamento.

A decretação da moratória pelo governo de Itamar Franco foi um passo inicial — apesar de incompleto e limitado — que levou ao enfrentamento com o governo federal. Foi uma medida que mostrou a todo o país o tamanho da sangria que o governo de FHC e do FMI vem promovendo nos estados para garantir a remuneração dos banqueiros nacionais e internacionais.

◆ Evolução da Dívida Mobiliária Dez./90-Dez./97 (em R$ milhões)

Ano	Valor
1990	3.091
1991	3.428
1992	4.619
1993	5.066
1994	6.190
1995	8.237
1996	9.598
1997	11.113
junho1998	12.224

Itamar também tem se posicionado — até o momento — contra o acordo de redução de impostos para as montadoras e, inclusive, convidou a Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais para uma reunião no Palácio da Liberdade para discutir o assunto, uma vez que os metalúrgicos também são contra esse acordo.

O **PSTU** defende a moratória da dívida interna com a União decretada pelo governo Itamar, mas insistimos que esta medida é insuficiente e exigimos a sua ampliação para a dívida externa, bem como que o governador defenda e exija que FHC decrete moratória em nível nacional; que Itamar ajude a chamar o povo às ruas pela decretação da moratória no Brasil e pela ruptura dos acordos com o FMI. Por outro lado, é preciso que o destino do dinheiro que Minas economiza com a moratória seja discutido com os trabalhadores e seja aplicado nos serviços públicos e sociais.

Metalúrgico é contra redução de imposto para montadoras

O **PSTU** também se soma à posição da Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais contrária ao acordo de redução de impostos para as montadoras, por entender, como os metalúrgicos, que essa é mais uma política que busca garantir o aumento dos lucros das montadoras e não o emprego, como tem sido apregoado na grande imprensa. No ano passado, foi feito um acordo semelhante, pelo qual foi reduzido 5% do IPI, o que não impediu que a Fiat Automóveis demitisse mais de 12 mil trabalhadores metalúrgicos. O que é preciso reduzir e isentar de impostos são os produtos da cesta básica: arroz, feijão, enfim, os produtos consumidos pela maioria da população.

Mas Itamar também aqui precisa ir muito além: acabar com todas as isenções fiscais às grandes empresas e grupos econômicos e reestatizar — sem indenização — as estatais que foram privatizadas. E, por outro lado, defendemos também a isenção de pagamento de taxas e tarifas (de água, luz, transporte, etc.) para os desempregados.

Maria Teresa Correia

Manifestação de apoio à moratória de Itamar, em Belo Horizonte

Nenhuma confiança em Itamar

Itamar tem buscado apoio para seu governo nos movimentos sociais. O PT e o PCdoB o tem apoiado e, inclusive, fazem parte do governo. O secretário do Meio Ambiente é Tilden Santiago, deputado federal do PT. Todavia, entre as lideranças, ativistas e parcelas dos movimentos sociais (sobretudo no funcionalismo) existem — com razão — desconfianças com relação a Itamar.

O PSTU participou da manifestação de apoio à moratória, em 18 de janeiro, que contou com mais de 3 mil pessoas, bem como participará de todos os atos contra o governo federal e em defesa da moratória mineira, sempre deixando claro que a mesma precisa ser mantida e ampliada.

No entanto, não apoiamos o governo de Itamar Franco. Somos oposição a ele. E mais, chamamos os trabalhadores a não depositarem nenhuma confiança no governador. Itamar não é comprometido com a classe trabalhadora. Pelo contrário. É parte da classe dominante: foi vice de Collor; quando presidente, levou adiante as privatizações e foi, como ele mesmo diz, o pai do Real. Ou seja, foi ele que colocou em marcha a continuidade do projeto neoliberal iniciado por Collor. Seu vice – Newton Cardoso – dispensa apresentações: foi o governador mais corrupto do estado de Minas Gerais.

Por tudo isso, os sindicatos e entidades do movimento não podem ser atrelados ao governo e nem apoiá-lo. O papel dos sindicatos é mobilizar pela defesa e extensão da moratória e também pelas reivindicações dos trabalhadores. E os partidos da classe trabalhadora – como o PT e o PCdoB – precisam sair do governo.

O PT, aliás, optou por um caminho desastroso em todos os sentidos. Não faz unidade com Itamar naquilo que deveria: somar-se a Minas e decretar a moratória nos estados que governa. Ao mesmo tempo, entra de armas e bagagens — em inúmeras secretarias e cargos — no governo mineiro.

Esquerda socialista lança *Fora FHC e o FMI*

Celso Lavorato e Fernando Silva, da redação

Com a presença de 500 dirigentes e militantes de diversas posições políticas da esquerda socialista em nosso país e de diversas frentes de atuação dos movimentos sindical, popular e da juventude, foi realizada em São Paulo, no último dia 14, uma plenária que tinha como objetivo discutir a crise e a situação política do país e o que fazer diante dela. Neste sentido, a plenária foi um completo êxito pois a principal resolução nela aprovada (por aclamação) foi o lançamento de um **Movimento pelo Fora FHC e o FMI e o não pagamento da dívida externa**.

Na primeira parte da reunião houve uma mesa de debates com a presença de Renato Simões (deputado estadual do PT/SP), Zé Maria (membro da executiva nacional do **PSTU**), Edvar Lavrati (em nome da Coordenação Nacional do MST), Luis Eduardo Greenhalgh (*Movimento Resistência*), Padre Domingos Bragueto (Coordenação Nacional da Pastoral Operária) e Paulo Coutinho (*Articulação de Esquerda*). Esta mesa foi coordenada pelo companheiro Jorge Luis (Jorginho) da Coordenação Nacional da *Alternativa Sindical Socialista* e pela companheira Júnia Gouveia, da Coordenação Nacional do **Movimento por uma Tendência Socialista** e militante do **PSTU**.

Após as exposições, foi aberta a palavra ao plenário, quando vários dirigentes e militantes interviram. Vale destacar que outros dirigentes políticos e sindicais estiveram na plenária: Teresa Lajolo, do PT; Pedro Ivo e Julio Turra, da executiva nacional da CUT; Antonio Donizete, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Durval de Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas; dirigentes da Oposição na Apeoesp; dirigentes do movimento popular e estudantil, e também uma delegação dos funcionários da TV Manchete, que estavam em greve ocupando o Ministério das Comunicações.

A segunda parte da plenária dedicou-se às resoluções gerais e atividades.

Todas as intervenções desta plenária caminharam na direção da necessidade de impulsionar uma campanha que tenha como eixos centrais o fim do governo de FHC, a ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa. Além disso, era generalizado o sentimento de que o desenvolvimento deste Movimento pode criar um espaço saudável de debate onde a esquerda socialista e os movimentos sociais possam qualificar e potencializar a intervenção nas várias frentes de atuação.

Ao final, além de aprovar a criação do Movimento, todas as demais resoluções (*ver artigo nesta página*) foram também aprovadas por aclamação. Este Movimento terá uma coordenação provisória (composta por todos os membros da executiva da CUT que dele participam e por mais um representante por entidade) e se manterá aberto a adesões de todos aqueles setores que quiserem lutar para colocar fora daqui FHC e o FMI. A plenária nacional do movimento, a ser realizada dia 17 de abril, prosseguirá o debate político para avançar numa plataforma programática.

O clima "pra cima" da plenária pode ser traduzido tanto na sua abertura, quando todos cantaram a Internacional, e no final, quando a plenária foi encerrada num uníssono grito de guerra: *"Fora Já, Fora já daqui, o FHC e o FMI"*.

Mesa coordenadora do evento: Junia e Jorge Luis

Fotos: Renato Benvenutti

Mesa de debates e plenário na reunião do dia 14

Agora é botar o bloco na rua

A plenária aprovou uma série de resoluções que vão no sentido de desenvolver o *Movimento Fora FHC e o FMI* e de garantir a participação ativa nas manifestações convocadas pelo Fórum Nacional de Luta. Por isso, já para o ato do dia 26, em São Paulo, o movimento vai intervir de forma organizada com coluna de militantes, faixas e panfletos.

Aliás, a resolução de participar ativamente do Fórum Nacional de Luta não é uma mera formalidade. Há um intenso debate nas reuniões e plenárias sobre o eixo político e o programa deste Fórum. A direção majoritária do movimento, a *Articulação*, não quer ouvir falar de Fora FHC, insiste em propor a ampliação do Fórum para os empresários e um programa que não difere muito daquele apresentado por setores patronais (política industrial, redução da taxa de juros etc).

Portanto, participar deste Fórum e impulsionar as mobilizações de rua com as reivindicações dos trabalhadores será, nesta conjuntura, o principal desafio da esquerda socialista.

Outra importante resolução da Plenária do *Movimento Fora FHC e o FMI* foi a proposta de realização de plenárias como a de São Paulo em todos os estados do país, com o objetivo de expandir o movimento e iniciar a construção de uma plenária nacional, no dia 17 de abril.

Esta plenária nacional poderá ser o lançamento nacional do Movimento. Após a reunião, a idéia é que os participantes saiam em passeata e somem-se às manifestações dos sem-terra que estarão nas ruas no mesmo dia, aniversário de três anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Por fim, em relação à atividade em São Paulo, a plenária aprovou a realização de reuniões ou encontros regionais no estado (Capital, ABC, Baixada Santista, Vale do Paraíba, região de Campinas, região de Ribeirão Preto e região de Bauru).

Plenária debateu a crise

Veja aqui alguns trechos das intervenções dos expositores da mesa de debates realizada na plenária do **Movimento Fora FHC e o FMI.**

Renato Simões, deputado estadual do PT

"Há uma mudança qualitativa na conjuntura e há possibilidade de uma saída para a crise do ponto de vista da independência de classe. Porque não há saída para os trabalhadores sem a ruptura com o imperialismo e a perspectiva do socialismo. Hoje, o Fora FHC *é uma necessidade para esta crise... Acho que podemos sair daqui com um importante acordo em torno do* Fora FHC e o FMI, *e o não pagamento da dívida externa. Podemos realizar também uma reunião nacional e, por fim, é preciso ter claro que precisamos jogar tudo no dia 26, porque se não colocarmos o time na rua este calendário pode não se efetivar."*

Zé Maria, executiva nacional do PSTU

"É importante termos consciência de que a construção de um processo de mobilização é uma tarefa que está colocada e precisamos nos dar os meios para isto. A crise é muito grave e a direção majoritária do movimento está cometendo um erro histórico ao preferir iniciativas que mais servem para a governabilidade de FHC, como foi no caso da ida dos governadores do PT à reunião com FHC... Temos três tarefas na minha opinião: fortalecer a jornada de luta e, dentro dela, lutar pelas nossas bandeiras; nacionalizar este processo de constituição de um Movimento e aprofundarmos, daqui para frente, o debate em torno do programa."

Luis Eduardo Greenhalg, Movimento Resistência

"Não podemos esquecer da vacilação de um setor da esquerda diante do neoliberalismo, porque vamos pagar por duas décadas os efeitos do neoliberalismo. Existe uma contradição entre as condições objetivas e subjetivas para solucionarmos esta crise que está aberta. Por isso, esta reunião adquire um papel estratégico, pois não há alternativa se não formos à luta, podemos fazer um fórum e um calendário de luta em torno do não pagamento da dívida externa, do Fora FHC e para por para fora o Fundo Monetário. E mais: acho que temos que dar peso ao problema do desemprego, porque acho que serão os desempregados a legião que vai derrubar o governo."

Edvar Lavrati, do MST

"O clima na nossa base social é de enorme insatisfação. Mas o primeiro problema é de projeto. Nós precisamos avançar num projeto para o país. De toda forma, nós temos o nosso calendário, vamos estar juntos também nas manifestações gerais. E pretendemos colocar 150 mil pessoas de todo o estado no Vale do Anhangabau, dia 30 de abril, porque queremos ver FHC e o FMI longe daqui... Podemos sentar mais vezes com este fórum que vocês estão formando para acertarmos juntos as ações e para lutarmos juntos."

Paulo Coutinho, executiva nacional da CUT e membro da Articulação de Esquerda

"Não dá para continuar vendo tanta hesitação da CUT e do PT. Mas não adianta também ficar colocando a culpa na direção majoritária. É preciso construir, na prática, sem hesitar, através de fóruns como este, com sindicatos etc., a unidade na luta contra FHC. Acredito neste movimento, nós queremos e estaremos participando do movimento pelo Fora FHC, nós vamos dar continuidade a este fórum."

Padre Domingos Bragueto, Coordenação Nacional da Pastoral Operária

"O neoliberalismo está na raiz do desemprego. Por isso, a Campanha da Fraternidade da Igreja aborda a questão do desemprego. A Igreja apóia as reivindicações do movimento social, como redução da jornada sem redução dos salários; reforma agrária. As pastorais sociais da CNBB estão ao lado do movimento social, pois queremos unidos lutar para transformar este país numa pátria socialista."

Jornada começou

Renato Benvenutti

Manifestação no 8 de março em São Paulo

Os atos do 8 de março foram uma importante largada da Jornada Nacional de Luta. Em geral, foram combativos atos de vanguarda que reuniram mulheres, estudantes, sindicalistas e movimento popular – 1.500 em São Paulo, 2 mil no Rio de Janeiro, 2 mil em Porto Alegre, por exemplo. Em vários deles, como em São Paulo, a manifestação teve uma claro conteúdo de Fora FHC e o FMI.

Dia 26 vem aí

Mas esse foi só o primeiro passo. Para o dia 26 está colocado o desafio de realizarmos manifestações superiores ao 8 de março. Já há várias atividades programadas. Em São Paulo, por exemplo, o MST vai bloquear, entre os dias 24 e 26 (por três dias), as agências bancárias do interior do estado. Na capital, será realizada, no dia 26, uma passeata que terminará com grande ato na Praça da Sé. O *Movimento pelo Fora FHC e o FMI*, está organizando uma coluna para esta manifestação.

Construir a greve geral

A jornada vai prosseguir em abril com a realização de novas manifestações que poderão ter seu ponto alto no dia 30 de abril. Nesta data, o MST programou marchas que sairão do interior do estado rumo à capital paulista e caberá ao Fórum Nacional de Luta debater qual será o caráter deste 30 de abril.

Não é, portanto, pequena a responsabilidade da esquerda socialista nesta jornada. Colocar o bloco na rua e impulsionar as bandeiras de Fora FHC e FMI significa também começar a construir as condições para a realização de uma greve geral.

Estudantes vão romper as amarras

Euclides de Agrela,
membro da Executiva Nacional da UNE e da direção nacional do PSTU

Já está chegando nas universidades, o manifesto do Bloco de Esquerda da UNE que chama-se **Rompendo Amarras — Oposição: por um movimento estudantil democrático e de luta**. Formado por estudantes sem partido, militantes do **PSTU** e correntes da esquerda do PT (*Articulação de Esquerda, Democracia Socialista, Força Socialista, Tendência Marxista* e *Corrente Socialista dos Trabalhadores*) o bloco avança em sua atuação e organização nacional.

O manifesto será assinado pelos centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes, e executivas de curso e distribuído em todo o país nas universidades públicas, faculdades particulares e nas manifestações do dia 26 de março.

Esse é o segundo material público do Bloco de Esquerda. O primeiro foi um manifesto sobre a arte e a ciência, divulgado na bienal da UNE. Este segundo manifesto, político-nacional, reflete os grandes acordos políticos construídos nestes quatro meses que nos separam do 10º Conselho Nacional de Entidades de Base. Ocorreram várias reuniões entre as direções das correntes que compõem o *Rompendo Amarras* em que se discutiu a situação do país, do ensino superior e do ME, além da necessidade de uma política comum para atuar na realidade.

O manifesto traz como eixo político o *Fora FHC e o FMI*. Defende também a suspensão do pagamento das dívidas externa e interna, conclama os governadores da oposição a decretarem moratória de suas dívidas com a União. Também convoca os estudantes para os atos contra ao governo.

O próximo passo para a organização do *Rompendo Amarras* será a realização de uma grande plenária nacional do movimento de oposição no Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, que ocorrerá em São Paulo, no dia 2 de abril. Na ocasião discutiremos a continuidade do calendário de lutas, a preparação do encontro unificado UNE, Andes, Fasubra, e a eleição de delegados para o Congresso da UNE.

Renato Benvenutti

Estudantes vão entrar na luta pelo fora FHC

"Não é hora de pactos nem de vacilações"

Publicamos aqui alguns trechos do Manifesto.

"*FHC transformou o país num quintal do FMI (Fundo Monetário Internacional). Está jogando a crise nas costas do povo para seguir pagando os agiotas internacionais. Poucas vezes se viu um governo tão submisso às multinacionais, empresários e banqueiros.*

O sistema público de ensino superior agoniza. O governo, seguindo as recomendações do Banco Mundial, quer desmontar as universidades federais e estaduais. Ameaça cobrar mensalidades, sucateia laboratórios e bibliotecas, deixa em colapso os hospitais universitários.

*É preciso impulsionar uma campanha popular pelo fim do governo FHC e dos acordos com o FMI. Exigimos a suspensão do pagamento das dívidas externa e interna, **para que o país deixe de encher os bolsos dos banqueiros e especuladores e possa investir na construção de escolas, hospitais, casas populares, fazer a reforma agrária, gerar empregos.***

Não é hora de pactos nem de vacilações. Os governadores da oposição devem transformar suas gestões em instrumento de combate ao governo federal. Neste sentido, devem colocar a estrutura dos Estados a serviço dos movimentos e mobilizações contra o neoliberalismo. Defendemos a suspensão do pagamento da dívida externa e das dívidas dos Estados com a União. Nesse sentido, a posição do governador de Minas Gerais foi um avanço. Mas devemos lembrar que Itamar é quadro da classe dominante, foi vice de Collor, privatizou estatais e nomeou FHC ministro da Fazenda, ou seja, é uma "alternativa" dentro do sistema.

A formação do Comando Nacional de Greve e Mobilização durante a greve das federais e derrota da UJS no 10º Conselho Nacional de Entidades de Base abriu um novo período. É possível derrotar as posições autoritárias e imobilistas da direção majoritária da UNE. Os mais de 400 estudantes presentes nas plenárias do nosso movimento durante o Coneb e o crescente apoio que estamos recebendo comprovam: está surgindo uma nova direção para o movimento estudantil."

METALÚRGICOS

Ocupação derrota demissão

Américo Gomes,
de São José dos Campos

São 5 horas da manhã de uma terça feira, no dia 9 de Março. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos realiza uma assembléia na porta da fábrica de autopeças Bundy, que tem por volta de 500 funcionários e uma tradição de luta muito grande incluindo uma ocupação de mais de 20 dias em 1989. Os trabalhadores estão apreensivos pois no dia anterior, a direção da empresa havia informado que 25 funcionários seriam demitidos.

Não havia outra saída a não ser resistir. Os trabalhadores já haviam discutido o que fazer em reuniões e assembléias anteriores. A decisão era parar a fábrica se ocorressem mais demissões.

Mas o movimento não pode ficar somente na porta da fábrica. O importante é parar lá dentro, isto impediria que pelegos entrassem para trabalhar e também diminuiria as chances de repressão.

Havia um problema: a organização dentro da fábrica ainda não era suficiente. Não teve outro jeito, os diretores do sindicato presentes na assembléia (Renatão, Mancha, Josias e Villasboas) entraram juntos para ajudar o movimento.

A segurança contratada pela empresa ensaia uma resistência mas rapidamente recua frente à situação: os trabalhadores estão em maior número e com muita disposição.

Com a fábrica ocupada e a paralisação garantida, a euforia é geral. Logicamente, com as preocupações de sempre. É preciso conquistar o apoio da cidade, dos partidos e parlamentares da região, e a imprensa precisa cobrir a ocupação. Era preciso, também, estar preparado para qualquer tentativa de repressão.

Mas a força e a vontade dos trabalhadores garantiram a melhor alternativa. Após 6 horas de ocupação, a empresa negociou rapidamente e reverteu as demissões: 14 foram reintegrados imediatamente e 11 ficaram de licença remunerada enquanto as negociações continuam.

A festa é geral, as cartas de demissão são rasgadas na assembléia, os trabalhadores choram emocionados. Alguns por constatar "a unidade do pessoal", outros por terem seus empregos garantidos, pois já pensavam "como iriam contar em casa" que haviam sido demitidos.

Agora, o próximo passo é garantir uma chapa de luta na eleição da CIPA para garantir a organização dentro da fábrica. Os trabalhadores da Bundy são um exemplo. Não se intimidaram com as demissões, ocuparam a fábrica e enfrentaram os patrões. Esta moda tem que pegar.

I G R E J A *Padre Marcelo cai nos braços da mídia com discurso alienante*

Exaltação reacionária dos católicos vira moda

Frederic Jean

Padre Marcelo em ação em uma das suas missas

Expedito Correia,
de São Paulo

Fenômeno da mídia, o padre Marcelo Rossi tem conseguido proezas na esteira de uma estratégia de marketing no mínimo ousada para uma figura da Igreja: depois de vender 3 milhões de CDs em menos de seis meses, o padre "animou" até bailes de carnaval, conseguiu a proeza de fazer um carnaval de rua em São Paulo (com 100 mil pessoas) e um dos seus *hits*, "*Erguei as mãos*", serviu para o aquecimento da escola de samba Salgueiro, antes de entrar na avenida. Suas missas reúnem dezenas de milhares no santuário do Terço Bizantino, um imenso galpão de 20 mil metros quadrados na zona sul de São Paulo.

Tanta exposição na mídia já começou a gerar reações que vão dos apelos das autoridades da Igreja por uma postura mais discreta, passam pelas declarações desastradas e preconceituosas do próprio Marcelo Rossi na TV (contra gays e lésbicas em particular) e resvalam na condenação de padres que não vêm com simpatia o discurso "vazio e medíocre" de pura exaltação.

Não há grande novidade nas cerimônias religiosas promovidas pelo padre Marcelo e os demais padres adeptos da Renovação Carismática. São inspirados nos cultos evangélicos, com a exaltação e o louvor a Deus substituindo, em importância e duração, o espaço que era destinado nas missas tradicionais ao sermão.

Esse "empobrecimento do discurso" é uma característica essencial dos carismáticos que buscam o sucesso tanto no Jardim Europa como na periferia pobre de São Paulo. Como conciliar realidades tão díspares? Fácil: é só não falar da realidade, reduzir o discurso ao plano individual e aí realçar a importância de sua relação "pessoal" com Deus, das graças conquistadas, das caridades praticadas, da oração, etc. O bordão "*Sou feliz porque sou católico*", presente nos adesivos de muitos carros, é emblemático desse espírito de individualização e afastamento das preocupações coletivas.

É sintomático, também, que entre as várias declarações do padre Marcelo nada foi dito sobre a situação política e social, sobre a miséria, a fome, a necessidade da reforma agrária, sobre o 1,5 milhão de desempregados só na Grande São Paulo. E isso levando-se em conta que a principal campanha desenvolvida pela Igreja Católica, — a Campanha da Fraternidade — tem como mote este ano exatamente a questão do desemprego.

Essa tentativa de anestesiar a catástrofe social brasileira, com doses maciças distribuídas pelos meios de comunicação, é tudo que a classe dominante poderia querer: a um só tempo idiotiza e aliena o povo e ainda agrada à elite "católica", reagindo ao crescimento dos cultos evangélicos e sua penetração na mídia. Suprema audácia que agora pode ser vingada exemplarmente pelos "padres pops".

Negócios obscuros

Terço Bizantino não é apenas o nome do santuário do padre Marcelo na zona sul de São Paulo. É o nome de uma *grife* de produtos religiosos (velas, medalhas, terços, crucifixos, fitas de vídeo, cassetes, CDs e o recente boneco Anjinho do Céu) e também de uma empresa que, embora registrada na Junta Comercial de São Paulo no nome do padre Marcelo e de sua mãe (funcionando a todo vapor, fabricando e vendendo os materiais descritos), não emite notas fiscais, nem tem faturamento conhecido e, muito menos, balancete.

As igrejas têm isenção de impostos, mas as empresas que produzem ou fornecem para elas não. Assim, não havendo emissão de notas fiscais, o caso é de sonegação na cara dura.

Mas a coisa não pára por aí. A tia do padre, irmã da mãe, é a dona de outra empresa que distribui nacionalmente os produtos que a empresa do padre fabrica e, inclusive, no santuário onde são vendidos semanalmente 8 mil terços. E há ainda a receita proveniente dos CDs. Esse faturamento, segundo o bispo da diocese de Santo Amaro, à qual pertence a paróquia do padre Marcelo, mal paga as despesas do santuário (R$ 70 mil de aluguel por mês) e o que sobra é revertido para diversas obras da Igreja.

Mas se o faturamento mensal só com os terços vendidos no santuário é de R$ 128 mil e o total arrecadado desde que Marcelo Rossi alcançou fama já passa dos R$ 70 milhões, é no mínimo questionável que a receita mal cubra as despesas. Ao contrário das declarações, este é um negócio tão mal-explicado quanto rentável... (E.C.)

Quem são os carismáticos

Mutante, a Igreja Católica já passou por guerras, dissidências mendicantes e fanáticas. Comprometida demais pelo seu anticomunismo e pelo apoio explícito ao fascismo na Europa nos anos 30 e 40, a Igreja teve momentos de apoio explícito à preocupações sociais militantes, como no auge da Teologia da Libertação.

Nos últimos anos, sempre com a lógica da sobrevivência, através do Movimento de Renovação Carismática, a Igreja investiu no sentido contrário. A cara dos católicos no Brasil deixou de ser a da Teologia da Libertação e das comunidades de base e passou a ser diretamente conservadora, com exponentes de massa como o Padre Marcelo.

A Renovação Carismática chegou ao Brasil nos anos setenta por intermédio do padre Eduardo Dougherty, muito influenciado pelo que viu da experiência de telepastores evangélicos, como Jimmy Swagaart. Desde o início, os carismáticos deixaram claro que as mudanças que operariam não eram apenas litúrgicas, mas de concepção de como se "propaga a fé". Hoje já estão presentes em praticamente todas as dioceses brasileiras. Montaram em Valinhos, São Paulo, um grande aparato empresarial que ocupa 75 mil metros quadrados, emprega uma centena de funcionários e é responsável pela produção e distribuição de dezenas de milhares de discos, fitas, vídeos e bíblias por todo o Brasil. "*Se Jesus estivesse vivo, estaria usando a TV para evangelizar*", afirma o padre Dougherty, quase parafraseando o bispo Edir Macedo.

Mas é preciso reconhecer que nenhuma instituição, mesmo sendo muito reacionária e anti-revolucionária como é o caso do Vaticano, sobrevive dois mil anos sem uma grande habilidade e capacidade de adaptação aos novos tempos. Os ventos da crise do neoliberalismo já trazem indícios de que pode haver novas mudanças de postura da Igreja Católica (a posição do Papa a favor do perdão das dívidas dos países pobres, por exemplo), o que talvez venha a provocar algum refluxo na maré reacionária dos carismáticos. (E.C.)

Corrupção e especulação trazem caos à cidade

Mar de lama em São Paulo

Wilian Felipe,
de São Paulo

Mar de lama: esta é a realidade que vem castigando o povo trabalhador da maior capital do país. Mar de lama provocado pelas enchentes e deslizamentos que já mataram 27 pessoas e desabrigaram milhares em apenas três meses deste ano. Mar de lama da corrupção que veio à tona com as denúncias do esquema de chantagem e propina controlado por uma máfia de vereadores malufistas e administradores regionais da prefeitura.

Como nos filmes policiais, o mais novo escândalo envolvendo a burguesia paulistana tem também cenas cinematográficas: tentativas de "queima de arquivo", como a que quase matou o camelô Afonso José da Silva, testemunha que detonou as denúncias; bandidos foragidos, como o vereador malufista Vicente Viscome, apontado como um dos chefes da máfia e, até um suposto "mocinho", o delegado Romeu Tuma Júnior, encarregado das investigações. O "poderoso chefão" Paulo Maluf e seu "afilhado", o prefeito Celso Pitta continuam, por enquanto, intocáveis. Toda a trama é veiculada diariamente pela TV Globo e demais meios de comunicação. Mas, neste caso, não é o povo que decide.

A Câmara Municipal, por iniciativa do PT, formou uma CPI para apurar as denúncias. A CPI é composta por cinco vereadores: um do PT, um do PSDB e três malufistas. Esta maioria de malufistas na CPI obrigou a própria Rede Globo a colocar em dúvida a sua capacidade de apurar os crimes.

Mesmo assim, a política do PT municipal é de buscar canalizar toda a raiva da população para a pressão sobre esta CPI controlada pelos malufistas. Em mais uma cruzada pela "ética na política", o PT tem como aliado o PSDB. Os políticos tucanos dizem, hoje, que são contra a corrupção, mas, nas eleições presidenciais utilizaram-se, sem nenhum pudor, do esquema malufista para reeleger FHC.

O Fórum pela Ética, impulsionado pelo PT, PCdoB e PSDB tem atraído a participação de organizações populares, sindicais e estudantis. Mas, para costurar a aliança com os tucanos, visando uma coligação para as eleições municipais do ano que vem, o PT evita que dentro deste fórum surjam críticas a Covas e FHC, co-responsáveis pela crise da cidade. O PCdoB se finge de avestruz e vai no compasso da política petista.

O **PSTU** participou ativamente da mobilização popular pela constituição da CPI, mas chama os trabalhadores a não depositarem nenhuma confiança nela, nem nos políticos do PSDB. Só a luta e a organização dos trabalhadores e do povo pobre da cidade pode dar fim à corrupção e colocar na cadeia a máfia malufista. Nosso partido propõe ao PT, ao PCdoB e às entidades do movimento popular a formação de um Fórum de Luta Popular de São Paulo para unificar as lutas na cidade e direcioná-las contra os quatro cavaleiros do apocalipse: Fora Pitta, Covas, FHC e o FMI.

Sérgio Koei

Galeria na Câmara Municipal durante sessão que aprovou CPI

Veja como funciona a máfia

Alguns fiscais da prefeitura cobram propinas de camelôs, perueiros e comerciantes. Quem não colabora é ameaçado de morte.

O dinheiro é repassado aos administradores regionais da prefeitura e vão parar nas mãos de vereadores da cúpula malufista.

Todos recebem as suas "comissões" e parte da grana vai para as caixinhas que financiam as campanhas de eleição e reeleição dos políticos malufistas e seus aliados.

Novas denúncias mostram que este esquema é aplicado em outras áreas da administração municipal (saúde, educação, coleta de lixo, etc).

Dívida agrava crise

A dívida do município de São Paulo é de mais de R$ 10 bilhões, sendo R$ 8,1 bilhões devidos a especuladores e banqueiros. Só no ano passado, o prefeito Pitta torrou R$ 640 milhões (10% do Orçamento Municipal) com o pagamento de juros e parcelas desta dívida. Isto é duas vezes e meia mais do que foi gasto com o projeto Cingapura durante quatro anos.

No final de fevereiro, a prefeitura não tinha como pagar R$ 410 milhões em títulos da dívida que venceriam em 1° de março. Esta situação de falência obrigou FHC a renegociar a dívida do município, incluindo-o no mesmo acordo da dívida dos estados. A continuidade do pagamento é a principal causa do caos social na cidade.

O PSTU denuncia que a corrupção está de mãos dadas com a especulação e propõe também a moratória da dívida do município como medida necessária para garantir os investimentos na moradia, saúde, transporte, educação e auxílio aos desempregados. (W.F.)

Caiu o ministro de Finanças alemão

Marcelo Barba,
da redação

"O mercado não gostava do lado social das políticas de Lafontaine". *Foi com esta sinceridade que um operador de Bolsas de Valores comemorou a renúncia do ministro de Finanças alemão, Oskar Lafontaine, ocorrida na segunda semana de março.*

Em quase seis meses de governo, Lafontaine havia criado diversos atritos ao defender uma alternativa ao neoliberalismo. Também dentro da Alemanha, Lafontaine ganhou diversos inimigos, principalmente entre o grande empresariado. Uma de suas primeiras propostas foi o fim das isenções de impostos para diversas empresas. Os capitalistas ameaçaram deixar o país se isto fosse feito e o governo do chanceler Schroeder (formado por uma coalizão entre social-democratas e verdes) teve de recuar.

Atritos também com os Estados Unidos

Durante o Fórum de Davos e a reunião do G-7 (sete países mais ricos do mundo), Lafontaine, junto com os representantes franceses, defendeu a criação de uma "banda cambial" entre o euro, o dólar e o iene, que evitaria flutuações mais profundas e estabilizaria as três moedas. Esta tentativa de diminuir os lucros dos especuladores e tirar o FMI do controle direto dos Estados Unidos foi atacada violentamente pelos norte-americanos.

Terceira via só no discurso

Durante sua gestão, a economia alemã teve uma retração de 0,4% do PIB e os gastos públicos cresceram 6,8%, o que jogou por terra a proposta do ministro de uma política de impostos "socialmente justa".

Lafontaine expressa um setor da burguesia muito mais preocupado com as reações da classe trabalhadora frente à crise que se avizinha. As lutas importantes, nos últimos anos, que aconteceram na Alemanha e na França, acordaram um setor da classe dominante que começa a temer levantes cada vez mais sérios contra o desemprego e os baixos salários. Por outro lado, sua renúncia desnuda as intenções e os projetos da chamada "terceira via", cuja preocupação social mantém-se apenas no discurso.

EQUADOR *Pacote do governo aumentou combustíveis em 165%*

Greve geral e revolta popular sacodem o país

Marcelo Barba,
da redação

A crise econômica que atacou o Brasil começa a contaminar toda a América Latina. Durante toda a segunda semana de março, o Equador foi sacudido nas suas bases. Frente a um violento ataque especulativo, a moeda e a economia do país simplesmente desabaram. Até aqui, nada muito diferente do que aconteceu no Brasil, a não ser pela resposta da classe trabalhadora equatoriana que realizou uma greve geral de dois dias e conseguiu ganhar o apoio de setores populares e indígenas (estes são 25% da população).

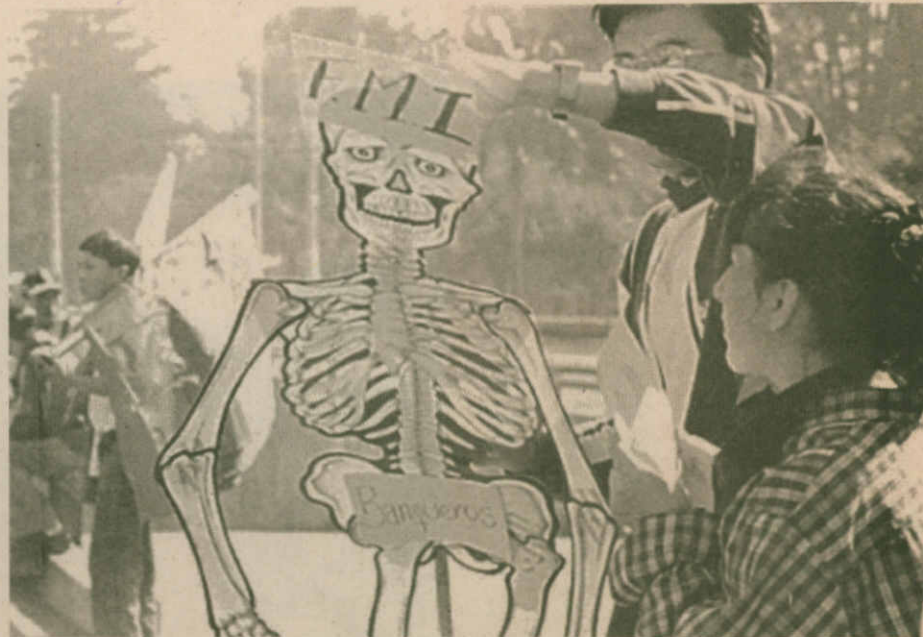
Na segunda-feira, dia 8 de março, o presidente do país Jamil Mahuad foi obrigado a decretar feriado bancário para impedir que a subida vertiginosa do dólar continuasse. A crise é tamanha que o feriado bancário durou até 15 de março. Outro objetivo do feriado bancário era evitar a quebra das instituições financeiras frente à corrida da população aos bancos.

Apesar dos desmentidos, na sexta-feira, dia 12, o governo confiscou 50% dos depósitos bancários. Por outro lado, os grandes especuladores não precisam temer porque, por enquanto, nenhum controle foi imposto sobre os dólares que saem do país. Além do confisco, o plano de emergência anunciado por Mahuad contém um aumento de 165% no preço da gasolina. A desvalorização do sucre, a moeda equatoriana, já chega a 90%. Alguns economistas afirmam que houve uma perda de 80% do poder aquisitivo em apenas uma semana.

Os setores sindicais, populares e indígenas responderam imediatamente a estes violentos ataques contra seu nível de vida. Reunidos na Frente Patriótica, diversas organizações decretaram uma greve geral de dois dias para lutar contra estas medidas e exigir o *Fora Mahuad*. Da mesma forma que os setores de esquerda no Brasil estão levantando a bandeira do Fora FHC e o FMI, os trabalhadores equatorianos percebem que os governos do continente são a correia de transmissão das políticas do FMI (leia-se imperialismo norte-americano).

Mas apesar desta extraordinária revolta popular, a Frente Patriótica defende a convocação de um governo de unidade nacional, o que demonstra uma falta de clareza sobre a culpa dos capitalistas e políticos burgueses frente a esta situação. Um exemplo pode mostrar a "preocupação" dos empresários com a situação do país: antes da entrada em vigor do aumento da gasolina, os distribuidores já tentavam vender o produto com os novos preços, o que causou vários apedrejamentos de postos de distribuição.

Quando do fechamento desta edição, os taxistas do Equador estavam fazendo um greve contra o aumento dos combustíveis com a realização de bloqueios nas principais estradas do país. Sem dúvida, os acontecimentos neste pequeno país da América do Sul merecerão toda a atenção dos trabalhadores brasileiros e também a nossa solidariedade, pois este povo trabalhador está hoje na vanguarda da mobilização contra os ajustes *made in* FMI.

Claudio Daut

Protesto de rua no Equador contra FMI

Equador*	
Capital	Quito
Idioma	Espanhol (oficial)
Moeda	Sucre
População	11,9 milhões
População urbana	58%
Governo	república presidencialista
Analfabetismo	9,9% população
PIB	US$ 17,9 bilhões
Força de trabalho	4 milhões
Renda per capita	US$ 1,390
Dívida externa	US$ 13,957 bilhões

* dados relativos a 1997

Mahuad decretou estado de emergência

Com a falta de apoio às suas propostas entre a própria burguesia e a reação da classe trabalhadora, Jamil Mahuad decretou estado de emergência e transformou o país numa semi-ditadura. São 12 mil policiais e 9 mil soldados nas ruas para conter a ira popular. Uma mobilização de tropas maior do que a da guerra entre o país e o Peru, em 1995.

Esta é a terceira greve geral contra Mahuad em apenas sete meses de governo. A repressão já levou quase 300 pessoas à prisão, além de ter provocado a morte de um estudante. E poderá vir muito mais sofrimento com as medidas econômicas decretadas na semana passada, caso elas não sejam detidas pela mobilização dos trabalhadores. Por exemplo, segundo diversos economistas do país, o valor real da aposentadoria caiu de 100 mil sucres para 20 mil.

Perante a avalanche de críticas, o presidente equatoriano culpou o governo anterior de Abdala Bucaram (derrubado por um levante popular), o Congresso (que segundo ele é lento na aprovação de uma reforma fiscal) e até mesmo o *El Niño*. Se por lá tivesse tido um blecaute, certamente também sobraria para o raio de Bauru. (M.B.)

Medidas provocam divisão no governo

Uma das saídas que está sendo cogitada pelo governo equatoriano é a adoção do dólar como moeda do país. O que irá significar isto? De forma concreta, qualquer país que abra mão de uma moeda própria em favor da moeda norte-americana estará abrindo mão de sua independência. Qualquer medida econômica será ditada diretamente pelo *Federal Reserve Bank* (o Banco Central dos Estados Unidos) que é quem emite o dólar. Na verdade, o país se tornaria uma nova colônia ou, usando o eufemismo de Porto Rico, um "Estado Associado". Nenhuma instituição política teria qualquer poder real já que a chave do cofre estaria a milhares de quilômetros de distância. Bom, e quem tem a chave do cofre...

Esta proposta, junto com as medidas anti-populares decretadas por Jamil Mahuad, já levou a uma divisão dentro do governo. Quatro dos cinco membros da diretoria executiva do Banco Central equatoriano renunciaram a seus cargos devido "*à impossibilidade de trabalhar coordenadamente com o Executivo na política monetária e fiscal do país*".

As medidas do presidente também não foram apoiadas pelos partidos políticos burgueses. Jamil Mahuad, apesar de ter vencido as eleições, não tem maioria absoluta no Congresso. O ajuste foi considerado "abusivo" e as mudanças não foram "estruturais" mas simples "remendos", segundo analistas econômicos locais. A própria burguesia (Associação dos Bancos Privados, entidades da indústria e do comércio), apavorada com os protestos, criticou o estado de emergência e o feriado bancário, pois, segundo eles, só serviram para aumentar os protestos e a radicalização. **(M.B.)**

CAMPANHA

Filie-se ao PSTU

Sergio Koei

Caros companheiros e companheiras, o PSTU está iniciando uma nova campanha de filiação e, a partir da próxima edição, o Opinião Socialista estará acompanhando todos os passos desta campanha. Fazemos desde já a cada um de vocês um convite a unir-se ao partido da esquerda socialista que está impulsionando a luta pelo Fora FHC e o FMI.

Você, por exemplo, que esteve conosco na campanha eleitoral de 1998, e acompanhou de perto o nosso esforço para apresentar uma saída operária e socialista para o Brasil, está chamado a filiar-se ao nosso partido neste ano em que a indignação contra FHC e a situação geral do país já é uma realidade.

Sob a batuta de FHC e do FMI, o país caminha para uma catástrofe social. Depois da explosão do real, o governo fez a opção de aprofundar os ataques sobre os trabalhadores para continuar remunerando o grande capital, através do pagamento das dívidas externa e interna. Será preciso apostar no caminho da mobilização para derrotar o projeto neoliberal no país. Será preciso fortalecer a construção de uma alternativa socialista e revolucionária nesse processo.

Por isso, filie-se ao PSTU.

Somos um partido de oposição radical ao governo e ao regime deste país. Rejeitamos as supostas saídas de esquerda que não buscam a ruptura com o sistema capitalista, que não se baseiam na independência política dos trabalhadores e na sua mobilização direta.

O que é ser filiado

Você que se filiar ao PSTU será sempre convidado a participar das reuniões gerais, que serão realizadas mensalmente, para debater temas de interesse do movimento como, por exemplo, a situação política nacional.

Você que se filiar ao nosso partido será convidado a participar também, sempre na medida de suas possibilidades, das mobilizações e das campanhas políticas que realizamos, como a de agora: *Fora FHC e o FMI*. E, se você quiser, poderá também ser um filiado-militante do partido, que inclui a participação nas reuniões semanais.

Todos os filiados terão a sua carteirinha.

Mas, companheiro ou companheira, você que se filiar, será chamado a ajudar financeiramente o partido, também no limite de suas possibilidades.

Nós não recebemos e não queremos receber a "ajuda" dos grandes empresários, industriais, banqueiros e latifundiários. Nós dependemos financeiramente só das contribuições de nossos filiados. Estaremos utilizando um mecanismo de pagamento que facilitará a sua vida. Você receberá em casa um boleto que poderá ser pago em qualquer agência bancária. Em alguns estados, como em São Paulo, teremos também o débito automático na sua conta, caso você seja um correntista do Banespa. Em troca da sua contribuição, você receberá o jornal Opinião Socialista.

Se você for filiado-militante, sua contribuição será feita diretamente nas reuniões das quais você participar.

A partir da próxima edição do Opinião Socialista estaremos dando todas as dicas práticas de como você pode se filiar ao PSTU.

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - tel (011) 575-6093

Alagoinhas (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105

Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105

Belém (PA): Serzedeio Corréa, 82 - Batista Campos

Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201 - tel (031) 213-3316
Av. Afonso Vaz de Melo, 249 - Barreiro - E-mail: pstumg@net.em.com.br

Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel (061) 225-7373

Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro

Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972

Goiânia (GO): (062) 225-6291

Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita

Maceió (AL): Rua Minas Gerais,197/2 - Poço

Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821 - Altos Centro - tel (092) 234-7093

Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45 - Centro

Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro

Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063

Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro

Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista

Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242

Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689

São Bernardo do Campo (SP): Rua Marechal Deodoro, 2261

São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845

São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53

São Luís (MA): tel (098) 246-3071

São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416

Teresina (PI): Rua Olavo Bilac, 1709 - Centro-sul - tel (086) 221-0441

O endereço da nossa home page é:
pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é:
pstu@uol.com.br

PSTU
Jornal Quinzenal
Endereço:
Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo
04040-030

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92